



FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO
Rua Capote Valente, 710, - Bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05409-002
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - <https://www.gov.br/fundacentro/pt-br>

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 47648.001084/2022-71

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços continuados de inspeção de segurança em reservatório de ar comprimido (vaso de pressão), de manutenção preventiva e corretiva (incluindo peças, componentes ou acessórios) e de visitas técnicas sob demanda em sistema de geração e tratamento de ar comprimido utilizado no Serviço de Laboratório de EPI (SLEP) do Centro Técnico Nacional da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO (Sede/CTN – São Paulo/SP), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

Item	Descrição/especificação	Unid	Qtde	CATMAT/CATSER
01	Inspeção de segurança em vaso de pressão, incluindo inspeção e calibração em manômetro e válvula de segurança e demais procedimentos especificados na seção 7.8 deste documento.	01	Serv.	20419
02	Manutenção preventiva e corretiva em sistema de geração e tratamento de ar comprimido, incluindo o fornecimento e substituição dos materiais indicados nos demais itens do objeto, e demais procedimentos especificados na seção 7.9 deste documento.	01	Serv.	2313
03	Visitas técnicas sob demanda, para diagnóstico e resolução de eventuais problemas de funcionamento encontrados no sistema de geração e tratamento de ar comprimido, conforme procedimentos especificados na seção 7.10 deste documento.	01	Serv.	2313
04	Elementos filtrantes para pré-filtros com elemento filtrante A, contendo grau de filtração de 0,1 micron para remoção de emulsões e partículas sólidas, máximo residual de óleo de 0,5 ppm, capacidade de 80 Nm ³ /hora, pressão máxima de 16 bar. Compatível com filtros Dinathec modelo EFC-0080, código 1020.0010.	02	Unid.	38156
05	Elemento filtrante para pós-filtro com elemento filtrante B, contendo grau de filtração de 0,01 micron para remoção de emulsões e partículas sólidas, máximo residual de óleo de 0,01 mg/m, capacidade de 80 Nm ³ /hora, pressão máxima de 16 bar. Compatível com filtros Dinathec modelo EFC-0080, código 1020.0017.	01	Unid.	38156

06	Elemento filtrante para pós-filtro com elemento filtrante C de carvão ativado, para eliminação de vapor e odor de óleo, com máximo residual de óleo de 0,003 mg/m ³ , capacidade de 80 Nm ³ /hora, pressão máxima de 16 bar. Compatível com filtros Dinathec modelo EFC-0080, código 1020.0018.	01	Unid.	89320
07	Óleo lubrificante RotEnergy Plus ou Dinalub SP46 ou SHELL Corena D46 ou BP Energol HLP 46 ou MOBIL D.T.E. MEDIUM ou AGIP Dicrea 46 ou ASTROL Aircol MR46 ou IP Veretum Oil 46, ou equivalente para o compressor descrito na seção 2.3 deste documento.	05	L	461654
09	Filtro de ar MANN FILTER C630 (dimensões: altura de 70 mm, diâmetro interno de 34 mm e diâmetro externo de 60 mm), ou equivalente para o compressor descrito na seção 2.3 deste documento.	01	Unid.	89320
10	Filtro separador ar/óleo MANN FILTER LB 719/2, ou equivalente para o compressor descrito na seção 2.3 deste documento.	01	Unid.	89320
11	Elemento filtrante para filtros de ar comprimido coalescentes Hyperfilter Metalplan Grau M20, ou equivalente compatível com conjunto purificador de ar modelo MFC-0025, de fabricação da Metalplan.	01	Unid.	89320
12	Elemento filtrante para filtros de ar comprimido coalescentes Hyperfilter Metalplan Grau M40, ou equivalente compatível com conjunto purificador de ar modelo MFC-0025, de fabricação da Metalplan.	01	Unid.	89320

1.2. Os consumíveis acima relacionados contam com identificação das marcas e modelos atualmente instalados no sistema de geração e tratamento de ar comprimido da Fundacentro ou indicados no seu manual do fabricante, de modo a evitar o fornecimento de materiais com características incompatíveis com as dos itens a serem substituídos e com os modelos dos componentes do sistema, considerando suas especificidades. Neste sentido, entende-se que o fornecimento de consumíveis ou peças não reconhecidos ou autorizados pelo fabricante do sistema de geração e tratamento de ar comprimido (ou com especificações/características que não sejam equivalentes às atualmente em uso e recomendadas pelo fabricante) poderia comprometer o funcionamento adequado do mesmo e/ou dos equipamentos que fazem uso dele.

1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de inspeção de segurança, de manutenção em sistema de geração e tratamento de ar comprimido incluindo peças; componentes ou acessórios e de visitas técnicas sob demanda.

1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por Preço Unitário, por se entender que há possibilidade de mensuração dos serviços por unidade de medida e devido à inviabilidade de definição, com boa margem de precisão, sobre a necessidade de outras peças, serviços ou consumíveis além dos que puderam ser inicialmente identificados no objeto.

1.6. O prazo de vigência do Contrato é de 12 meses a partir da assinatura do Termo de Contrato, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da

Lei 8.666, de 1993.

1.7. Devido à inter-relação entre os itens de manutenção preventiva e corretiva; dos materiais solicitados para a realização dos serviços de manutenção; e das visitas técnicas sob demanda, considera-se o não parcelamento da solução como mais adequado para os itens 02 a 12 do objeto. Dadas as semelhanças e especificações dos consumíveis e procedimentos a serem seguidos nos serviços solicitados, entende-se que seu não parcelamento é tecnicamente viável, favorecendo a uniformidade e coerência dos serviços sem que haja prejuízos à ampla participação dos licitantes especializados em serviços de tal natureza. O item 01 da mesma tabela poderá ser parcelado, visando maior variedade de possíveis proponentes por se considerar que empresas especializadas em serviços de manutenção não necessariamente oferecem serviços de inspeção de segurança (e vice-versa).

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, qual seja:

2.2. A Fundacentro é o único laboratório nacional reconhecido pela Subsecretaria da Inspeção de Trabalho (SIT) para conduzir ensaios em respiradores purificadores de ar com filtros substituíveis (nos quais o ar do ambiente, antes de ser inalado, passa por filtros para a remoção de contaminantes) e de adução de ar (nos quais o ar respirável é fornecido ao usuário por uma fonte independente da atmosfera ambiente - cilindros ou compressores de ar, por exemplo). Tais ensaios podem ser solicitados ao Serviço de Laboratório de EPI (SLEP) por fabricantes e importadores, consumidores e usuários de respiradores ou pela fiscalização das Superintendências Regionais do Trabalho a fim de se verificar se esses Equipamentos de Proteção Individual (EPI) atendem ou não aos requisitos de desempenho e de qualidade definidos nas normas técnicas de ensaio estabelecidas pela Portaria MTP nº 672/2021, de 08/11/2021, alterada pela Portaria nº 549 de 09/03/2022. Como tal, existe uma grande demanda pela realização dos ensaios em questão. Os resultados obtidos são disponibilizados para os solicitantes na forma de relatórios de ensaios. Esses relatórios podem ser utilizados pelos fabricantes e importadores para a solicitação dos Certificados de Aprovação (CA) ou pelos consumidores, usuários ou agentes de fiscalização para verificar se as amostras mantêm o mesmo desempenho daquelas que originaram o CA.

2.3. Para a conduzir os ensaios supracitados, o SLEP utiliza um sistema de geração e tratamento de ar comprimido composto por um compressor rotativo de parafuso lubrificado da marca Fini/Dinatec, modelo Fini Cube 10 SD (número de série 0111059508; pressão de operação nominal: 10 bar; vazão: 35 pcm), um reservatório de ar comprimido com volume de 400 L, dois pré-filtros, um secador de ar por refrigeração, dois pós-filtros e um conjunto de filtros coalescentes. A partir desta configuração, o sistema fornece ar com a qualidade necessária para o adequado funcionamento dos equipamentos laboratoriais utilizados atualmente em ensaios de respiradores purificadores de ar com filtros substituíveis. Futuramente, o mesmo sistema será necessário também para a pretendida retomada de ensaios em respiradores de adução de ar.

2.4. Considerando que a adequada condução dos ensaios em equipamentos de proteção respiratória não é possível sem o sistema de geração e tratamento de ar comprimido e que a alta demanda de uso deste sistema ocasiona desgastes naturais em seus diferentes componentes, o objeto deste processo é solicitado para verificar e promover ou manter continuamente o correto funcionamento do sistema, com o objetivo de preservar a sua vida útil. Para isso, são necessários, entre outros procedimentos especializados, a realização de inspeções de segurança no reservatório de ar; inspeções e calibrações em manômetros e válvulas de segurança; limpezas; lubrificações; verificações, regulagens e substituição de peças, componentes ou acessórios, englobando ainda a detecção e correção de eventuais problemas que o equipamento ou seus componentes possam apresentar.

2.5. Diante do exposto acima, os serviços e materiais solicitados constituem parte essencial não somente para checar o estado de conservação e de segurança do sistema de geração e tratamento de ar comprimido e promover ou manter o seu bom funcionamento para a adequada realização e continuidade dos ensaios em respiradores, mas também para reparar, prevenir e minimizar a ocorrência de falhas no sistema que possam eventualmente prejudicar o desenvolvimento das atividades realizadas nos Laboratórios do SLEP.

2.6. A manutenção e conservação de equipamentos utilizados como parte da infraestrutura dos laboratórios do SLEP está prevista na Proposta de Atividade 7 do SLEP (SEI ID 0149301) juntada ao Processo Eletrônico 47648.001426/2020-91, que trata das ações relacionadas à atividade “Avaliação de equipamentos de proteção individual (EPI)”. Serviços de inspeção de segurança e de manutenção no sistema de geração e tratamento de ar comprimido incluindo fornecimento e substituição de peças de reposição e elementos de troca foram previstos no PAC (Plano Anual de Contratações) de 2022, por meio do cadastro dos itens nº 234, 235 e 248 no Sistema PGC (Planejamento e Gerenciamento de Contratações) do Ministério da Economia. Os itens de elementos filtrantes (para pré-filtros, pós filtros e filtros coalescentes), óleo lubrificante, filtro de ar e filtro separador ar/óleo também foram cadastrados no Sistema PGC pelos itens 87 e 95 a 100. 14.3. No PCA (Plano de Contratações Anual) correspondente ao próximo ano, de 2023, o objeto deste processo encontra-se previsto nos Documentos SEI ID 0147846, 00149462 e 0154264 inseridos no processo 47648.000322 /2022-21.

2.7. Em relação às quantidades solicitadas no objeto, são consideradas como as mínimas requeridas para checar e promover ou manter o bom estado de conservação dos componentes do sistema atual, conforme necessário para minimizar riscos de parada de funcionamento e eventuais interrupções nos ensaios realizados no SLEP. Maiores detalhamentos sobre as estimativas de quantidades constam em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (apêndice deste Termo de Referência) é: contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de inspeção de segurança em reservatório de ar comprimido (vaso de pressão), de manutenção preventiva e corretiva (incluindo peças, componentes ou acessórios) e de visitas técnicas sob demanda em sistema de geração e tratamento de ar comprimido utilizado no Serviço de Laboratório de EPI (SLEP) do Centro Técnico Nacional da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO (Sede/CTN – São Paulo/SP).

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E BENS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviços comuns, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva. Os materiais a serem fornecidos e substituídos durante a execução dos serviços também são classificados como comuns. O objeto será contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1. Requisitos necessários ao atendimento da necessidade

5.1.1. A Contratada deverá realizar os serviços levando em consideração as especificidades do sistema de geração e tratamento de ar comprimido, composto pelos componentes especificados a seguir:

Item	Descrição/especificação dos componentes do sistema de geração e tratamento de ar comprimido	Qtde
1	Compressor rotativo de parafuso lubrificado modelo Fini Cube 10 SD (pressão de operação nominal: 10 bar; vazão: 35 pcm), da marca Fini/Dinatec Indústria e Comércio Ltda, série 111059508.	01

2	Reservatório de ar comprimido (vaso de pressão), modelo Reservatório Vertical 400 L, com volume de 400 litros, diâmetro interno de 560 mm, comprimento do corpo cilíndrico de 1500 mm, material utilizado no cilindro e calotas: aço ASTM 36, categoria C V, pressão máxima de trabalho admissível de 10,5 bar, marca Dinattec Indústria e Com. Ltda.	01
3	Filtro coalescente (pré-filtro) com elemento filtrante A, contendo grau de filtragem de 0,1 micrão para remoção de emulsões e partículas sólidas, máximo residual de óleo de 0,5 ppm, capacidade de 80 Nm ³ /hora, pressão máxima de 16 bar. Modelo do filtro: Dinattec EFC-0080, código 1020.0010.	02
4	Secador de ar por refrigeração modelo Cool 72 da marca Pressure, série ITJ373808.	01
5	Filtro coalescente (pós-filtro) com elemento filtrante B, contendo grau de filtragem de 0,01 micrão para remoção de emulsões e partículas sólidas, máximo residual de óleo de 0,01 mg/m ³ , capacidade de 80 Nm ³ /hora, pressão máxima de 16 bar. Modelo do filtro: Dinattec EFC-0080, código 1020.0017.	01
6	Filtro adsorvedor (pós-filtro) com elemento filtrante C de carvão ativado, para eliminação de vapor e odor de óleo, com máximo residual de óleo de 0,003 mg/m ³ , capacidade de 80 Nm ³ /hora, pressão máxima de 16 bar. Modelo do filtro: Dinattec EFC-0080, código 1020.0018.	01

5.1.2. A Contratada deverá executar os serviços utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto no Termo de Referência.

5.1.3. Será de responsabilidade da Contratada o fornecimento dos equipamentos e ferramentas necessários à efetivação dos serviços.

5.1.4. As visitas técnicas deverão ser planejadas pela Contratada, de forma que o(s) técnico(s) qualificado(s) compareça(m) ao Centro Técnico Nacional com tempo suficiente para realizar todos os serviços necessários, conforme descrito na seção 7 deste documento – Modelo de execução do objeto.

5.1.5. Correrá por conta exclusiva da Contratada a responsabilidade pelo deslocamento de seus técnicos ao local de prestação dos serviços e/ou pela eventual retirada e entrega de componentes do sistema de geração e tratamento de ar comprimido, caso imprescindível para a conclusão dos serviços, e todas as despesas de transporte, frete e seguro correspondentes.

5.1.6. Os serviços deverão ser executados por técnicos qualificados de empresa especializada e autorizada para o tipo de serviço a ser executado pela Contratada.

5.1.6.1. Para a realização de serviços de inspeção de segurança, em conformidade com exigências da NR-13, a Contratada deverá possuir registro profissional, expedido pelo CREA, do engenheiro responsável pelos mesmos - este deverá possuir vínculo jurídico com a Contratada.

5.1.6.2. Para a realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva incluindo peças, componentes ou acessórios, a Contratada deverá possuir atestado ou declaração de capacidade técnica-operacional, expedido em seu nome por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em natureza e quantidades com o objeto da contratação.

5.1.7. Sempre que aplicável, os equipamentos utilizados em inspeções de segurança de componentes do sistema de geração e tratamento de ar comprimido deverão estar com calibração e aferição dentro da validade, realizadas por empresas qualificadas.

5.1.8. Todas as peças que forem substituídas nos serviços de manutenção preventiva e corretiva devem ser novas (sem uso, reforma ou recondicionamento), não retificadas e adequadas ao sistema de geração

e tratamento de ar comprimido, sem resultar em perda de qualidade em relação aos itens substituídos e às especificações estabelecidas pelos fabricantes dos componentes do sistema, com vistas a garantir a correta adaptação ao equipamento sem risco de danificá-lo ou prejudicar sua vida útil. Materiais de qualidade superior serão aceitos, desde que não configurem outro tipo de produto e não gerem gastos adicionais futuros - por exemplo, para a sua manutenção e continuidade de uso.

5.1.9. Em conformidade com o art. 26, inciso II, da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, os serviços executados e as peças substituídas deverão possuir garantia mínima de 90 dias a partir de seu recebimento, período no qual a Contratada deverá dar toda e qualquer assistência relacionada ao serviço executado e aos materiais fornecidos, sem custos adicionais à Contratante. Prevalecerá o prazo de garantia fixado pela Contratada, se superior.

5.1.10. A contratada estará sujeita às penalidades previstas nos artigos no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no Art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, e nos Artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, assegurado o Direito Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa.

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para a celebração do contrato.

5.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

6.2. Os serviços prestados pela Contratada deverão pautar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos. Quando aplicável, a Contratada deverá atender aos seguintes critérios durante a execução dos serviços, com base no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da CGU/AGU, 5ª Edição, 2022:

6.2.1. Adotar medidas para evitar ao máximo o desperdício de água conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

6.2.2. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços;

6.2.3. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, a lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 e demais normas ambientais vigentes sobre resíduos sólidos;

6.2.4. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento.

6.2.5. Fornecer os bens, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

6.2.6. Fornecer os bens isentos de substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

6.2.7. Em relação ao item de óleo lubrificante, nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a Contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da Contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

6.2.7.1. Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotar

as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

6.2.7.2. Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

6.2.7.3. Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, os proponentes poderão realizar vistoria, às suas expensas, nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 12 horas e das 13:30 horas às 17 horas, no Centro Técnico Nacional da Fundacentro, localizado na Rua Capote Valente, 710 – Pinheiros – São Paulo. A vistoria deverá ser agendada previamente, com no mínimo 3 dias úteis de antecedência, pelo e-mail slep@fundacentro.gov.br ou pelos telefones (11) 3066-6186 (falar com Fernanda), (11) 3066-6158 (falar com Silvia), ou (11) 3066-6184 (falar com José Damásio).

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.3. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.4. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue cópia do manual de instalação e operação do sistema de geração e tratamento de ar comprimido, contendo as informações relativas ao objeto, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta

7.5. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.6. O licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. Os serviços deverão ser executados de 2ª a 6ª feira das 9h00 às 17h30 no Centro Técnico Nacional da Fundacentro, localizado na Rua Capote Valente, 710 – Pinheiros – São Paulo/SP.

8.1.1. De forma excepcional, caso imprescindível para a conclusão dos serviços, poderá ser autorizada a retirada de componentes do sistema de geração e tratamento de ar comprimido para a realização de serviços nas dependências da Contratada.

8.2. Para não comprometer as atividades desenvolvidas nos laboratórios, os serviços deverão ser previamente agendados com servidor do Serviço de Laboratorio de EPI da Fundacentro, o qual será responsável por acompanhar a visita. O agendamento deverá ser realizado com antecedência mínima de 3 dias úteis, preferencialmente no e-mail slep@fundacentro.gov.br ou pelos telefones (11) 3066-6186 (falar com Fernanda), (11) 3066-6158 (falar com Silvia) ou 3066-6184 (falar com José Damásio).

8.3. O serviço de inspeção de segurança deverá ser iniciado em até 15 dias corridos após solicitação por escrito da equipe de Fiscalização e Gestão do Contrato, e concluído em até 2 dias úteis após seu início, salvo ocorrência devidamente justificada por escrito à Contratante.

8.4. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva ou de visita técnica sob demanda deverão ser iniciados em até 15 dias corridos após recebimento de solicitação por escrito da equipe de Fiscalização e Gestão do Contrato, e concluídos em até 5 dias úteis após seu início, salvo ocorrência devidamente justificada por escrito à Contratante.

8.4.1. Na ocasião dos serviços de manutenção, a Contratada deve estar em posse dos bens indicados nos itens 4 a 12 do objeto, considerando seu fornecimento e substituição como parte integrante dos serviços.

8.5. Após a conclusão dos serviços de inspeção de segurança, a Contratada deverá fornecer relatório de inspeção conforme requisitos da Norma Regulamentadora NR-13, com emissão de laudo ART (Anotação de Responsabilidade Técnica). Deverá fornecer, ainda, os certificados de calibração aplicáveis para a válvula de segurança e manômetro. Na ART devem constar informações sobre a inspeção realizada no reservatório de ar comprimido (vaso de pressão), no manômetro e na válvula de segurança do reservatório de ar comprimido.

8.6. Após a conclusão dos serviços de manutenção preventiva e corretiva ou de visita técnica sob demanda, a Contratada deverá fornecer um relatório técnico descrevendo os serviços executados e emitir os devidos laudos e certificados aplicáveis atestando as condições de funcionamento do sistema. Devem constar no relatório informações sobre as condições do equipamento e seus componentes, especificações de peças e materiais, caso sejam substituídos (marca, fabricante, modelo, procedência), eventuais defeitos encontrados e suas causas de mau funcionamento, e previsão antecipada, quando possível, da necessidade de substituição de qualquer item, elemento de troca, acessório ou peça do sistema.

8.7. Se houver necessidade de troca de peças não prevista e não especificada no Termo de Referência, a Contratada deverá descrever as especificações básicas do material a ser substituído para apreciação e aprovação da Administração quanto à sua aquisição, respeitando o disposto no item 8.11 deste documento.

8.8. Do serviço de inspeção de segurança periódica, incluindo calibrações do manômetro e da válvula de segurança:

8.8.1. Para o serviço de inspeção de segurança, o técnico qualificado da Contratada realizará, de forma compatível com exigências da Norma Regulamentadora NR-13:

a) inspeção e calibração do manômetro e da válvula de segurança do reservatório de ar comprimido, com emissão dos certificados de conformidade aplicáveis - serão fornecidos certificados de calibração individuais, rastreados ou RBC, elaborados em conformidade com a norma NBR ISO/IEC 17025. Durante a calibração, pode ser constatado que o erro permissível esteja acima do permitido e, neste caso, desde que não gere custos adicionais em função da natureza ou complexidade dos problemas encontrados, os instrumentos serão ajustados e corrigidos. Caso contrário, os certificados serão emitidos com os valores encontrados;

b) exame externo, consistindo na verificação da superfície e de componentes externos do reservatório, de modo a avaliar a sua integridade estrutural e a possível ocorrência de vazamentos de ar. Deve ser verificada a presença de deformação, corrosão, fissuras, fendas, incrustações e trincas, entre outros possíveis sinais de dano ou desgaste que possam comprometer a resistência estrutural da unidade e/ou a operação segura do vaso de pressão;

c) exame interno, executado por meio de técnica não destrutiva e metodologias de avaliação da integridade, a critério do profissional habilitado da Contratada, baseados em normas e códigos aplicáveis à identificação de mecanismos de deterioração na superfície interna e componentes internos do reservatório de ar comprimido.

8.8.2. Realizada a inspeção de segurança, deve ser elaborado e disponibilizado o Relatório de Inspeção conforme exigências da NR-13 atualmente vigente, para inclusão no Registro de Segurança do vaso de pressão, e emitido laudo com ART (Anotação de Responsabilidade Técnica). Nesta ART deve constar a inspeção de segurança do vaso de pressão e a inspeção do manômetro e da válvula de segurança do reservatório de ar comprimido.

8.9. Das manutenções preventivas e corretivas

8.9.1. Entende-se por “manutenções preventivas e corretivas” todos os procedimentos para a avaliação de funcionamento dos componentes do sistema e para a conservação da sua vida útil, prevenindo falhas ou defeitos e mantendo o bom estado de uso do sistema. Envolve, ainda, diagnósticos e recomendações para a resolução de eventuais problemas que possam estar e/ou vir a interferir no desempenho e eficiência de equipamentos e componentes, assim como as providências para a sua resolução, a depender da natureza ou complexidade dos problemas encontrados.

8.9.2. Para a realização dos serviços, o técnico qualificado da Contratada verificará as condições dos equipamentos e dos demais componentes do sistema de geração e tratamento de ar comprimido e realizará:

- a) caso necessário, regulagens e correções para o perfeito funcionamento do sistema de geração e tratamento de ar comprimido;
- b) inspeção do funcionamento dos drenos dos filtros, do secador e do reservatório de ar, e realização de medidas corretivas se necessário;
- c) inspeção dos parafusos do compressor de ar comprimido para verificar se eles estão bem apertados, sobretudo os do contato elétrico de potência;
- d) inspeção do sistema silenciador utilizado na purga automática do reservatório de ar, filtros de rede e do secador e realização de medidas corretivas, se necessário;
- e) limpeza anual dos radiadores do compressor de ar comprimido;
- f) limpeza interna e externa do secador, se necessário;
- g) limpeza da serpentina do secador, se necessário;
- h) verificação do gás do secador e complemento da carga de gás quando necessário (mediante autorização prévia de compra do material, se observada sua necessidade de troca);
- i) diagnóstico de eventuais problemas ou falhas, caso encontrados, seguido das recomendações para sua resolução, com o detalhamento das especificações técnicas das peças e componentes necessários à sua resolução, se aplicável, e, quando possível diante do nível de complexidade dos problemas ou falhas e da disponibilidade de peças e componentes em estoque na Fundacentro, adoção das ações corretivas necessárias para a resolução.
- j) substituição de qualquer outro item ou acessório do sistema de geração e tratamento do ar comprimido além dos solicitados no Termo de Referência, quando necessário (caso disponíveis em estoque na Fundacentro ou mediante autorização prévia de compra do material, se observada sua necessidade de troca).

8.9.3. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão incluir, ainda, o fornecimento e a substituição das seguintes peças de reposição e elementos de troca:

- a) 02 Elementos filtrantes para pré-filtros, contendo as seguintes especificações: elemento filtrante A, com grau de filtração de 0,1 microm para remoção de emulsões e partículas sólidas, máximo residual de óleo de 0,5 ppm, capacidade de 80 Nm³/hora. Compatível com filtros Dinotec modelo EFC-0080, código 1020.0010.
- b) 01 Elemento filtrante para pós-filtro, contendo as seguintes especificações: elemento filtrante B, com grau de filtração de 0,01 microm para remoção de emulsões e partículas sólidas, máximo residual de óleo de 0,01 mg/m³, capacidade de 80 Nm³/hora, ou equivalente/superior. Compatível com filtros Dinotec modelo EFC-0080, código 1020.0017.
- c) 01 Elemento filtrante para pós-filtro, contendo as seguintes especificações: elemento filtrante C de carvão ativado para eliminação de vapor e odor de óleo, com máximo residual de óleo de 0,003 mg/m³, capacidade de 80 Nm³/hora. Compatível com filtros Dinotec modelo EFC-0080, código 1020.0018.

d) Elementos filtrantes para o conjunto purificador de ar modelo MFC-0025, de fabricação da Metalplan, composto por dois filtros de ar comprimido coalescentes Hyperfilter, sendo: 01 Elemento filtrante Metalplan Grau M20 ou equivalente; e 01 Elemento filtrante Metalplan Grau M40 ou equivalente (quantidade: 1 peça de cada elemento filtrante).

d) 5 L de óleo lubrificante RotEnergy Plus ou Dinalub SP46 ou SHELL Corena D46 ou BP Energol HLP 46 ou MOBIL D.T.E. MEDIUM ou AGIP Dicrea 46 ou ASTROL Aircol MR46 ou IP Veretum Oil 46 ou equivalente para o compressor;

e) 01 Filtro de ar: C630 da marca MANN FILTER (dimensões: altura de 70 mm, diâmetro interno de 34 mm e diâmetro externo de 60 mm) ou equivalente para o compressor;

f) 01 Filtro separador ar/óleo: LB 719/2 da marca MANN FILTER ou equivalente para o compressor.

8.9.3.1. A Contratada ficará responsável por realizar a destinação das peças ou consumíveis substituídos em decorrência dos serviços de manutenção corretiva.

8.9.3.2. O óleo lubrificante para compressor fornecido pela Contratada deverá apresentar um intervalo de troca de, no mínimo, 4000 horas de trabalho, e deverá ser fornecido com a ficha de informações técnicas do fabricante, contendo a densidade do óleo a 20°C, viscosidade cinemática a 40°C e 100°C, ponto de fulgor, índice de viscosidade e ponto de fluidez.

8.9.3.3. Os elementos filtrantes dos pré-filtros e pós-filtros fornecidos pela Contratada deverão ter especificações técnicas iguais ou superiores às dos elementos filtrantes dos filtros da Dinattec apresentadas no manual fornecido com o sistema de geração e tratamento de ar comprimido, e deverão estar acompanhados da ficha de informações técnicas do fabricante.

8.9.3.4. Os consumíveis acima relacionados contam com identificação das marcas e modelos originalmente instalados no sistema em uso ou indicados no manual do fabricante do sistema, de modo a evitar o fornecimento de materiais incompatíveis com as dos itens a serem substituídos. Neste sentido, entende-se que o fornecimento de componentes não reconhecidos ou autorizados pelo fabricante do sistema de geração e tratamento de ar comprimido (ou com especificações /características que não sejam equivalentes aos recomendados pelo fabricante) poderia comprometer o funcionamento adequado do mesmo e/ou dos equipamentos que fazem uso dele.

8.9.4. Se, durante a execução dos serviços, forem observados problemas ou falhas de funcionamento, ou caso constatada a necessidade de substituição de peças além das previstas no Termo de Referência, a Contratada deverá incluir no Relatório Técnico as medidas corretivas adotadas ou as descrições dos serviços a serem realizados e, se for o caso, as especificações das peças e componentes a serem adquiridos para substituição nos moldes do item 8.11 deste documento.

8.9.4.1. Se a natureza ou o nível de complexidade dos eventuais problemas encontrados inviabilizar a correção dos mesmos como parte integrante do item correspondente à manutenção preventiva e corretiva, os devidos ajustes e correções para sanar completamente os problemas diagnosticados poderão constituir uma das visitas técnicas sob demanda previstas na Contratação, mediante apresentação de justificativa adequada, assim como avaliação e aprovação prévias pela Contratante.

8.9.4.2. A nova observação de problemas de funcionamento ou necessidade de substituição de peças, componentes ou consumíveis no diagnóstico ou na manutenção não gera direito a novo pagamento de serviços além dos já previstos nos termos da Contratação e da Lei 14.133/2021.

8.10. Das visitas técnicas sob demanda

8.10.1. As visitas técnicas sob demanda incluem diagnósticos técnicos de eventuais problemas não previstos no sistema caso identificados durante seu uso e/ou manutenções corretivas para sua resolução.

8.10.1.1. Por “diagnósticos técnicos”, entende-se a identificação, a partir de uma série de procedimentos de verificação, das condições de funcionamento dos componentes do sistema de geração e tratamento de ar comprimido instalado na Fundacentro. Neste serviço, devem ser detectadas as causas de eventuais problemas ou falhas de funcionamento e observados sinais de desgaste em peças e elementos de troca, verificando-se o estado de cada componente do sistema e

evidenciando quais as ações para a correção, incluindo, se for o caso, a necessidade de troca de peças além das previstas no Termo de Referência.

8.10.1.2. Por “manutenções corretivas”, entende-se um conjunto de intervenções técnicas realizadas no sistema a fim de restabelecer as suas funções originais e perfeito estado de uso, incluindo procedimentos como consertos, reparos, ajustes e/ou troca de materiais próximos do fim de sua vida útil ou que apresentem desgaste ou problemas de funcionamento. Neste sentido, inclui todos os procedimentos que forem necessários para determinar causas de eventuais problemas no sistema de geração e tratamento de ar comprimido e reestabelecer suas boas condições de uso.

8.10.2. O diagnóstico técnico e a manutenção corretiva serão considerados uma única visita técnica sob demanda, exceto em casos excepcionais devidamente justificados com base na natureza ou no nível de complexidade dos eventuais problemas encontrados e suas formas de resolução.

8.10.3. Os serviços de visitas técnicas sob demanda não incluem peças, componentes ou materiais que possam ser necessários e que ainda não estão disponíveis em estoque na Fundacentro ou previstos como objeto do Termo de Referência. Para este caso, deve-se observar o disposto no item 8.11 a seguir.

8.11. Do fornecimento e substituição de peças, consumíveis ou componentes do sistema além dos previstos neste TR, se necessários durante a vigência contratual:

8.11.1. Nos casos em que houver necessidade de substituição de peças, componentes ou acessórios cujos fornecimentos não foram contemplados no Termo de Referência ou não se encontram em estoque na Fundacentro, a Contratada deverá apresentar orçamento, cuja aquisição dependerá de prévia autorização da Contratante.

8.11.2. A relação das peças necessárias à substituição, com todas as especificações, deverá ser encaminhada ao requisitante da Contratante juntamente com o orçamento para aprovação.

8.11.3. Cabe ao Serviço de Compras a responsabilidade de realizar a pesquisa de preços para a averiguação da adequação dos valores apresentados aos valores praticados no mercado, com auxílio da equipe de Fiscalização e Gestão do Contrato e, no que couber, demais Serviços ou Coordenações da Diretoria de Administração.

8.11.4. A pesquisa de preços deverá ser feita de acordo com a legislação e normas vigentes, destacando a Instrução Normativa 73/2020 do Ministério da Economia e suas alterações, considerando as particularidades do objeto, tais como quantidade a ser adquirida e custos de frete para fornecimento no endereço do órgão.

8.11.5. O orçamento apresentado pela empresa não poderá ser superior ao preço de mercado. Caso seja, deverá ser ajustado ao preço de mercado

8.11.6. Todas as peças substituídas durante os serviços de manutenção preventiva e corretiva ou de visitas técnicas sob demanda deverão ser apresentadas à equipe de Fiscalização e Gestão do Contrato.

8.11.7. Os valores correspondentes às peças, componentes e/ou acessórios serão faturados juntamente com o valor a ser pago à Contratada pela prestação dos serviços, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura específica ou, desde que discriminado, da Nota Fiscal/Fatura referente ao preço global fixo do contrato. Será pago pela Fundacentro tão somente o valor constante na Nota Fiscal/Fatura das peças, componentes e acessórios aplicados, sem qualquer outro custo, visto que o custo da mão de obra já deverá estar contemplado no valor da contratação.

8.11.8. Em posse dos bens adquiridos, a Contratada deverá agendar nova data para o prosseguimento e conclusão dos serviços contratados, seguindo os mesmos critérios estabelecidos na seção 6 deste Termo de Referência para o seu agendamento.

8.11.9. Todos os materiais, peças, componentes e/ou acessórios a serem aplicados devem ser novos, de primeiro uso (sem utilização anterior), com especificações equivalentes ou superiores às dos materiais instalados no sistema e às estabelecidas pelo seu fabricante, em consonância com o disposto no item 5.1.8 deste documento.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas pelos itens 4 a 12 na tabela da seção 01- DO OBJETO, descritos nos itens 7.9.3 e 7.11 deste documento.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor(es) ou comissão especialmente designado(s), anotando em registro próprio as falhas e ocorrências detectadas e relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços ou nos consumíveis, peças ou componentes do sistema fornecidos pela contratada, fixando prazo para a sua correção, substituição ou reparo, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação dos serviços e do fornecimento de consumíveis, peças ou componentes do sistema, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;

10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

10.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

10.10. Arquivar, entre outros documentos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

10.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

10.13. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.14. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens/serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e

recebimento definitivo;

10.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar o objeto conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os consumíveis, peças ou componentes do sistema fornecidos com avarias, defeitos ou sem a especificação técnica solicitada e/ou os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

11.8. Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou que se verifique no local dos serviços.

11.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

11.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

11.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

11.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

11.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

11.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

11.22. Efetuar a entrega dos consumíveis, peças ou componentes do sistema em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

11.23. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.24. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11.25. Promover a destinação final ambientalmente adequada dos consumíveis substituídos.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados e de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que

esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.3. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.4. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.5. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.6. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

14.12. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.13. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

15.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

15.2.1. Os serviços serão avaliados mediante acompanhamento dos mesmos e/ou testes e verificações de funcionamento no sistema após a realização dos serviços. Será observado também o relatório técnico e documentações emitidas pela Contratada.

15.2.2. Durante a realização do serviço de manutenção preventiva e corretiva, será verificado se os itens de materiais (peças, componentes ou consumíveis) foram fornecidos e substituídos conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência. Não serão pagos itens não recebidos ou recebidos fora das especificações solicitadas e aceitas.

15.2.3. Em caso de conformidade dos materiais e serviços com as especificações solicitadas no Termo de Referência, será pago 100% do valor da proposta e do Termo de Contrato assinado entre as partes;

15.2.4. Em caso de desconformidade dos materiais e serviços com o solicitado e ofertado, o pagamento do item com pendências será sobrestado até resolução dos problemas encontrados ou, não havendo sua resolução, não será realizado.

15.2.5. Não serão pagos valores correspondentes a itens não fornecidos ou não recebidos.

15.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

15.3.1. não produziu os resultados acordados;

15.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

15.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até 10 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados e bens fornecidos/substituídos, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação do objeto e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.3.1.2. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização ou o requisitante dos serviços deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório do objeto, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução do objeto, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo do objeto, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

16.6. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo requisitante ou fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto, conforme este Termo de Referência.

17.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

17.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

17.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

17.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.5.1. o prazo de validade;

17.5.2. a data da emissão;

17.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

17.5.4. o período de prestação dos serviços;

17.5.5. o valor a pagar; e

17.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou, ainda, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.14.1. Para o fornecimento de bens, a Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão

calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I=6%/365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	----------	--

18. REAJUSTE

18.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPC-A (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto nº 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

18.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

18.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1. Dada a natureza e complexidade do objeto, assim como as características dos serviços solicitados, não haverá exigência de garantia contratual da execução nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

b) ensejar o retardamento da execução do objeto;

- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Contratante ou para o serviço contratado;

ii) **Multa de:**

(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

(4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

(5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), caso exigida no edital, observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

(6) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

20.4. As sanções previstas nos subitens i), iii), iv) e v) poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
------	-----------------

1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

20.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade do objeto, conforme disciplinado no edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor são os estabelecidos na seção 5 (REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO) e os seguintes:

21.3.1. Para serviços de inspeção de segurança, registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), em plena validade, nos moldes do disposto na NR-13;

21.3.2. Comprovação de aptidão para a prestação de serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

21.3.2.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

21.3.2.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 02 anos na prestação de serviços de natureza similar ou compatível com o objeto solicitado na seção 1, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 02 anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

21.3.2.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

21.3.2.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

21.3.2.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

21.3.2.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

21.3.3. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

21.3.3.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

21.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão aqueles definidos em planilha de composição de preços anexa ao edital e/ou ao presente processo de contratação.

21.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

21.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

22.1. O custo estimado da contratação será aquele definido em Mapa Comparativo anexo ao presente Processo. Para fins informativos, os Estudos Técnicos Preliminares apresentam uma estimativa preliminar de valores obtidos à época da elaboração de tal documento.

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

23.1. Gestão da Unidade: 264001

23.2. Ação: 20YW - Técnica

23.3. Fonte de Recursos: 0100

23.4. Programa de Trabalho: 204580

23.5. Elemento de Despesa: 33903917

23.6. Plano Interno: 220YW101112

23.7. A indicação do número da nota de empenho fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda de Freitas Ventura, Técnico(a)**, em 06/10/2022, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Damasio de Aquino, Chefe de Serviço**, em 07/10/2022, às 08:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gláucia Nascimento de Souza, Coordenador(a)**, em 07/10/2022, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erika Alvim de Sá e Benevides, Diretor(a) de Pesquisa Aplicada**, em 17/10/2022, às 07:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Cesar Vaz Guimarães, Diretor(a) de Administração e Finanças, Substituto(a)**, em 24/10/2022, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.fundacentro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0178138** e o código CRC **AE3C10B5**.